



Prefeitura Municipal de Castro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

PROJETO DE LEI Nº 128 /2025

Súmula: Altera dispositivos da LEI Nº 3.689, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019, a qual cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPCD - e o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - FMDPCD - do Município de Castro/PR, ficando em consonância com a Lei municipal nº 4.213/2025 que rege sobre a Estrutura Organizacional da Prefeitura Municipal de Castro, em especial os artigos 18 e art 33, VII.

Art. 1º. O artigo 3º da Lei nº 3.689/2019 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e seu respectivo Fundo serão de caráter permanente e serão vinculados à estrutura administrativa da Secretaria Municipal da Mulher e Inclusão.

Art. 2º O artigo 19 da Lei nº 3.689/2019 passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 19. O Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - FMDPCD - terá como gestor o titular da Secretaria Municipal da Mulher e Inclusão, acompanhado pelo respectivo Conselho Municipal.

Art. 3º: O artigo 23 da Lei nº 3.689/2019 passam a vigorar com a seguinte redação:





Prefeitura Municipal de Castro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 23. O Poder Público Municipal, por meio da Secretaria Municipal da Mulher e Inclusão, prestará apoio técnico e financeiro, disponibilizando espaço físico, materiais de expediente, equipamentos e pessoal, necessários ao funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

Art. 4º: Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Castro, em 11 de setembro de 2025.





Prefeitura Municipal de Castro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

JUSTIFICATIVA

Ao Projeto de Lei que altera dispositivos da Lei municipal 3.689 / 2019 – a qual cria o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPCD - e o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - FMDPCD - do Município de Castro/PR

Senhores Vereadores,

O presente Projeto de Lei pretende realizar as devidas atualizações na Legislação do Conselho em relação a unidade Gestora do Conselho, antes da Secretaria Municipal da Família e do Desenvolvimento Social, atual Secretaria Municipal de Assistência Social para a nova Secretaria Municipal da Mulher e Inclusão, a qual já consta como responsável do Fundo Municipal no art. 33, VII da Lei municipal nº 4.213/2025.

Enfim, as referidas alterações visam adequar a legislação pertinente a nova estrutura organizacional da Prefeitura Municipal.

Pelo exposto, considerando o interesse público na maior eficiência, e pelos motivos já expostos, vem solicitar a aprovação do presente Projeto de lei.

Edifício da Prefeitura do Município de Castro, em 11 de setembro de 2025.

